



GT 48. Família, gênero e sexualidades: cultura, conflito e transformação política

Coordenador(es):

Marcelo Tavares Nactivity (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Leandro de Oliveira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Este GT tematiza relações familiares entre pessoas LGBT, contemplando conexões com a “família de origem” e a formação de novas famílias, incluindo marcadores como geração, classe, soropositividade, gênero, origem, raça e religião. Contemplando temas como o casamento igualitário, conjugalidades e parentalidades, o GT coloca em foco nexos entre convenções culturais, ações de movimentos sociais, micropolíticas do cotidiano, discursos emocionais, interações e relações de poder em contextos plurais, de modo a discutir reconfigurações do público e do privado. Serão acolhidos estudos que abordem discursos sobre casamento igualitário; formas de regulação do gênero e da sexualidade de pessoas LGBT na esfera familiar; tensões e negociações nos grupos domésticos; formas de ajuda mútua, cuidado e manutenção de laços no cotidiano da casa ou em redes de casas; construções da “aceitação” na sociedade e na família; relações entre famílias de origem e parceiros/ companheiros de pessoas LGBT; família e gerações; família, religião e sexualidades; transformações nos significados culturais associados à noção de “família”; os usos da noção de “família” como arma política na esfera pública e na arena política; família e controvérsias sobre “ideologia de gênero”; enlaces entre direitos sexuais, questões LGBT, e laicidade do Estado. O GT abarcará ainda os temas da homofobia e transfobia, incluindo situações que articulam preconceito sexual, estigma e afetos no âmbito das relações familiares.

Famílias Doadoras e Família Receptoras: uma análise das formas de gestão diferenciadas baseada nas desigualdades de classes de famílias no município do Rio de Janeiro

Autoria: Flaviane Lavinias Alves Leal (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O objetivo desse work, desenvolvido como monografia e orientado pela professora Alessandra de Andrade Rinaldi, é analisar circuitos e formas de gestão diferenciada por tipos de família/classe dentro das políticas de infância e família, através da trajetória e experiências de crianças e adolescentes nas redes protetivas, nos processos de Destituição do Poder Familiar e de Adoção, e ainda em sua chegada nas famílias adotivas. A ideia é apreender a gestão da infância e da juventude por meio da ação do Estado e de seus mecanismos, além disso, compreender como tais práticas e discursos vinculados a essas se pautam em uma desigualdade fundamental ente famílias doadoras e famílias receptoras. Desse modo, pretendo revisitar questões abordadas por mim em pesquisas anteriores, realizadas como iniciação científica com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), onde estive realizei etnografia no Conselho Tutelar e reunião de grupos de Apoio a Adoção, e ainda analisar processos de Destituição do Poder Familiar e de Adoção. Sendo assim, me pautarei em processos exemplares em cada uma dessas instancias, construindo dessa maneira uma narrativa da gestão da infância e da juventude.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: